

**A ASCENSÃO NAVAL CHINESA E AS DISPUTAS TERRITORIAIS MARÍTIMAS NO LESTE ASIÁTICO****Rodrigo Fracalossi de Moraes**

Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

Entre os países que possuem grandes Forças Armadas, a China foi o que mais expandiu o volume de recursos alocados para as atividades de defesa desde o início da década de 1990. Fruto do seu acelerado crescimento econômico, a maior quantidade de recursos contribuiu para uma rápida modernização dos meios militares do país.

As mudanças não se limitam, contudo, à aquisição de meios mais avançados e ao desenvolvimento de doutrinas de emprego mais modernas. Há também uma maior importância relativa atribuída ao segmento naval das Forças Armadas do país, reflexo dos seguintes fatores: a consolidação do poder estatal chinês nas áreas terrestres; a crescente dependência do país de fluxos comerciais marítimos; e a situação marítima desfavorável da China. Sobre este último ponto, apesar de possuir a segunda maior economia do mundo, uma área terrestre extensa e a maior população do globo, o país detém jurisdição sobre uma área marítima percebida como pequena frente às dimensões do país e à extensão das águas jurisdicionais de outras nações.

Sobre o poder naval chinês, embora a negação do uso do mar ainda seja a doutrina prevalente nas Forças Armadas do país, alguns elementos indicam que se encontra em desenvolvimento uma marinha voltada também para a projeção de poder. Destaca-se, nesse sentido, a incorporação do navio-aeródromo Liaoning e de quatro contratorpedeiros da classe Sovremenny. Além disso, as Forças Armadas chinesas passam a depender cada vez menos do fornecimento externo de equipamentos militares: observando-se as aeronaves de caça em operação no país, o percentual de unidades produzidas no país a partir de tecnologias nacionais

passou de 8,5% em 1996 para 52% em 2012. Trata-se, portanto, de uma modernização militar que ocorre, também, na base industrial de defesa do país. Na região, todo este processo tem levado a uma significativa redistribuição de recursos de poder militar em favor da China: enquanto em 1993 a China respondia por 16,5% dos gastos militares totais do Leste Asiático, este percentual cresceu para 51,4% em 2013.

Em um cenário de expansão do poder naval chinês, há evidências que indicam a expansão das atividades de instituições chinesas (tanto militares como civis) no Mar da China Oriental e no Mar do Sul da China. Em parte, estas atividades têm o objetivo de alcançar ou manter a posse de ilhas e arquipélagos nestes dois espaços, a fim de que a dimensão das águas jurisdicionais chinesas seja estendida. Contudo, comparando-se as disputas no Mar da China Oriental e no Mar do Sul da China, observa-se que, neste último, elas são significativamente mais complexas e também abrangem áreas mais extensas. Ao mesmo tempo, a China possui uma vantagem neste espaço em comparação ao Mar da China Oriental, qual seja, a existência de Estados limítrofes mais fracos e a menor presença militar dos Estados Unidos. O sucesso de uma ação militar chinesa seria, portanto, mais provável no Mar do Sul da China que no Mar da China Oriental. Ainda assim, não se observam ações militares navais de grande vulto por parte da China. Há evidências que apontam no sentido de que a estratégia chinesa busca consolidar a presença do país nestes espaços de maneira lenta, criando progressivamente fatos consumados que levem a um novo *status quo*.

Cabe ainda mencionar que, apesar de aparentemente distante da realidade brasileira, os eventos em curso no Leste da Ásia podem afetar o Brasil ao menos de cinco maneiras. Primeiro, em razão dos fluxos de investimento estrangeiro direto e de comércio marítimo entre o Brasil e o Leste da Ásia, ao que se soma o fato de que o Leste da Ásia contém algumas das principais linhas de comunicação marítima do globo. Segundo, a realocação de forças militares norte-americanas em direção ao Pacífico indica que o governo norte-americano atribuirá menor importância ao Atlântico, o que possibilitaria maior liberdade para a política sul-atlântica do Brasil. Terceiro, na qualidade de membro das Nações Unidas e dos BRICS (grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Brasil deverá se posicionar sobre o papel da China e dos Estados Unidos na segurança internacional e, particularmente, sobre disputas no Leste da Ásia. Quarto, como o Brasil é um dos principais beneficiários do atual regime internacional dos oceanos, eventuais discussões sobre a sua reforma seriam de elevado interesse para o país. E quinto, a modernização militar e as mudanças nas doutrinas de defesa da China são centrais na ascensão chinesa. Conhecê-las de forma mais apurada amplia as possibilidades de cooperação entre instituições militares e civis do Brasil e da China.

## SUMÁRIO EXECUTIVO